

## **A CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE CULTURA EM ANTONIO GRAMSCI: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO PRÉ-CÁRCERE**

**Cristina Simões Bezerra\***

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de sistematizar análises sobre o processo de construção, no pensamento social gramsciano, da concepção de cultura no período pré-cárcere e das relações estabelecidas por este autor entre esta concepção e a dinâmica da vida política das classes trabalhadoras italianas no início do século XX.

**Palavras-chave:** cultura, lutas sociais, pensamento social gramsciano.

O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas durante a elaboração da tese de doutorado intitulada “Globalização e cultura; caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização” defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tivemos, então, a oportunidade de realizar estudos acerca do pensamento de Antonio Gramsci, onde nos interessou, particularmente, a concepção de cultura construída por este autor e a categoria nacional-popular.

Neste trabalho, especificamente, interessa-nos apresentar reflexões acerca da produção de Gramsci no período pré-cárcere, ou seja, entre 1914 e 1926. Esta opção não foi aleatória. Acreditamos que as elaborações gramscianas deste período já contém e definem as principais formulações de sua obra mais madura. No caso da discussão sobre cultura, isto é evidente. Desde os primeiros escritos políticos até os Cadernos do Cárcere, a temática da cultura está presente e vai, gradativamente, ganhando maior complexidade, tornando-se mais rica e mais completa a partir do momento em que se relaciona intrinsecamente com a discussão de outras esferas do ser social, sobretudo aquela que se refere à política.

Em um primeiro momento, podemos perceber em Gramsci uma perspectiva tradicional de cultura, onde esta se refere à educação como atividade do espírito, como unidade de consciência e auto-conhecimento humano. No decorrer de sua produção, entretanto, percebemos em Gramsci, não um abandono, mas uma ampliação desta

---

\* Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

concepção, a qual passa a ser relacionada com todo o processo histórico, em seus elementos políticos, sociais e econômicos que, para ele, constituem-se inseparavelmente. Esta nos parece ser a compreensão hegemônica de cultura na orientação gramsciana.

Toda a militância política de Gramsci no período pré-carcerário, pode ser considerada como o fio condutor desta renovação da noção de cultura. Desde os embates com os anti-culturalistas, no interior do Partido Socialista Italiano (PSI), no período de 1913 a 1921, passando por toda a experiência dos Conselhos de Fábrica e chegando até sua atuação no Partido Comunista da Itália (PCI), Gramsci vai encontrando oportunidades de reelaborar sua compreensão de cultura, ampliando e diversificando suas colocações acerca do tema.

Dos primeiros interesses, teria ficado, para Gramsci, uma compreensão, ainda restrita, de que a palavra escrita é o centro da formação cultural em indivíduos e em sociedades inteiras, cujo objetivo deveria ser o de divulgar amplamente as idéias socialistas. Gramsci se preocupa desde cedo com o que mais tarde denominaria de “organização da cultura”, ou seja, com os organismos construídos, no interior de uma sociedade, com a função ideológica de difundir uma determinada cultura.

Neste momento, que vai até 1917, existia para Gramsci uma intrínseca relação entre a educação formal e a cultura, onde a primeira era um dos caminhos privilegiados para se alcançar a segunda. Já existia, no entanto, a certeza de que esta educação não poderia ser alheia e desvinculada da perspectiva de um projeto societário mais amplo. Neste sentido, já se configurava, segundo Gramsci, uma luta ideológica que envolvia, em projetos diferenciados, tanto a educação quanto a cultura.

Em “*Socialismo e Cultura*”, de 29 de janeiro de 1916, Gramsci elabora um paralelo e uma oposição entre duas concepções de cultura. Uma delas, que poderíamos chamar de conservadora, aborda a cultura como um “saber enciclopédico”, como uma capacidade de acumular dados que faz com que certas pessoas acreditem ser superiores ao resto da humanidade, através de um “intelectualismo deletério”. Evidentemente, Gramsci se opõe a esta concepção, e defende a compreensão do termo cultura como um processo de auto-domínio e de autoconhecimento que seria a base de uma consciência crítica unitária, uma “nova cultura”. Esta concepção de cultura é considerada por alguns autores como extremamente marcada por um viés idealista.

No entanto, Gramsci já enfatiza um importante elemento, que será mantido em toda sua compreensão acerca desta esfera: a cultura não se forma no homem, enquanto

indivíduo ou inserido em uma coletividade, por uma evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade. O homem é uma criação histórica e só como tal pode adquirir a mencionada consciência crítica, que é a base da cultura. Através deste conhecimento crítico de si mesmo e dos outros, o homem historicamente se eleva, se transforma em um “elemento de ordem”, se diferencia daqueles que o precederam e pode, portanto, propor teleologicamente as ações revolucionárias que tenha necessidade de fazer.

Para Gramsci, o modo como o sistema educacional é organizado favorece “os filhos da burguesia” e faz com que a escola e, conseqüentemente, a cultura se transformem em privilégios, relegando o proletariado a perpetuar sua condição de classe, freqüentando as escolas técnicas e profissionais. Gramsci afirma então que o proletariado precisa de uma “escola desinteressada”, humanista, uma escola de liberdade e de livre iniciativa, onde se possa adquirir critérios gerais que sirvam para o desenvolvimento daquela consciência crítica unitária por ele defendida.

Assim, neste primeiro momento de sua produção, Gramsci já levanta importantes elementos a serem considerados em sua discussão sobre cultura. É responsabilidade do projeto socialista arrancar o privilégio de acesso de uma classe à cultura e capacitar criticamente o proletariado, com vistas a prepará-lo culturalmente para realizar as grandes transformações necessárias em uma sociedade. Através de sua formação cultural, o proletariado poderá superar e abandonar uma compreensão fragmentada e imediata da realidade social em que está inserido e alcançar uma dimensão coletiva, unitária e revolucionária. Acreditamos que aqui está o embrião do que Gramsci, mais tarde, chamará da passagem do momento econômico-corporativo da classe trabalhadora para o momento ético-político. Uma transformação cultural, portanto, estaria na base desta passagem.

Estas primeiras formulações gramscianas ganharam contornos bem mais definidos a partir de 1917, quando Gramsci intensifica suas atividades como jornalista e sua militância no PSI. Ao mesmo tempo, uma maior aproximação com as discussões da tradição marxista, sobretudo a partir de Lênin, e com a experiência da Revolução Russa faz com que Gramsci acrescente à sua produção, inclusive acerca da esfera cultural, novas e decisivas determinações sócio-históricas.

Juntamente com outros membros da juventude socialista, aposta na necessidade de que o Partido assuma a defesa desta “cultura para o proletariado”, eliminando, no interior do partido, aquela concepção cultural como um saber enciclopédico e de se

construir outra, capaz de preparar e de capacitar o proletariado para um real processo revolucionário.

Alguns textos escritos no período de 1917 e 1918 demonstram a preocupação de Gramsci em consolidar a idéia de que uma renovação ideológica e cultural se fazia urgente no movimento socialista italiano, e de que a ação no âmbito do domínio político e econômico deveria ser acompanhada pelo trabalho do organismo de atividade cultural.

Até aqui, como ponderamos anteriormente, existia uma concepção restrita de cultura, quando Gramsci associa esta esfera à capacidade historicamente construída de reflexão, de crítica, de superação, por uma atividade consciente, das perspectivas de alienação e de despolitização. A cultura já se apresenta como uma condição essencial para a emancipação humana, proposta pela perspectiva socialista.

Em “*Notas sobre a Revolução Russa*”, de 29 de abril de 1917, Gramsci deixa clara esta potencialidade revolucionária do trabalho cultural a ser desenvolvido pelos socialistas. Ao questionar o caráter proletário da Revolução Russa, nosso autor propõe que é necessário que o fato revolucionário se revele, além de um fenômeno de poder, também como um fenômeno de costumes. Neste mesmo sentido, em “*O Relojoeiro*”, de 18 de agosto de 1917, Gramsci nos fala da necessidade de uma série de “substituições revolucionárias”, onde, acredita ele, se daria aquela em que a inércia mental dá lugar a uma “vida de pensamento”, a um exercício de reflexão e crítica que, paralelamente a ações no âmbito sócio-econômico e político, possibilitariam a criação de uma nova ordem.

Este momento nos permite observar uma primeira ampliação na perspectiva de Gramsci sobre a cultura. Já existe aqui uma relação clara entre uma capacidade crítica e reflexiva, alcançada pela educação, pela militância e pela formação políticas, e um “modo de vida” mais amplo, um conjunto de valores, de costumes, de práticas que compõem um ponto de convergência para pessoas e grupos diferenciados. Observe-se que aqui, para Gramsci, o elemento de identidade é a situação de classe e, mais precisamente, as condições em que esta classe vive, trabalha, se organiza e, ao mesmo tempo, pensa e problematiza sua vida em sociedade. A “base material”, a “vida social” determina a cultura desta classe (enquanto capacidade de crítica e de reflexão) e a faz projetar outro projeto societário, outro “modo de vida”, outra cultura em seu sentido mais amplo.

Nestas reflexões, Gramsci já questiona a atuação das lideranças do PSI, que vinham se mostrando incapazes de superar “pregações abstratas” à base do partido. Na

concepção de Gramsci, então, era preciso favorecer, no interior do partido, um processo de educação em massa, para que se formasse uma base militante culturalmente preparada e capaz de, coletivamente, elaborar estratégias e encaminhar deliberações por si mesma.

Em “*Para uma associação de cultura*”, de 18 de dezembro de 1917, Gramsci defende que tal associação, promovida pelos socialistas, deve ter finalidade e limites de classe. Uma associação de cultura teria a finalidade de ampliar, ao proletariado enquanto classe, esta preparação cultural, de discutir os problemas da construção do socialismo, esclarecendo-o, propagando-o e fazendo dele a cultura a ser defendida pela classe trabalhadora. Só assim os socialistas poderiam questionar, em igualdade de condições, a mentalidade dogmática e intolerante dos setores populares na Itália, bastante influenciados por uma formação católica, jesuítica e burguesa. Tal associação, ao construir as bases de uma cultura proletária e socialista, instituiria, no interior da classe trabalhadora, novos costumes e valores, mais livres, despreconceituosos e, portanto, revolucionários.

Ter vivenciado todo o desenvolvimento do processo revolucionário na Rússia reorientou toda a produção de Gramsci. Se anteriormente existia uma vaga e questionável noção de como a mudança histórica necessária seria culturalmente preparada (FORGACS & NOWELL-SMITH, 1999), a partir do final de 1917, o contato mais próximo com o marxismo e com o trabalho político-prático traz para Gramsci uma maior fundamentação para se incluir a luta ideo-cultural como uma frente necessária e imprescindível para a conquista do poder em torno de um novo projeto societário.

Em “*A revolução contra O Capital*”, de 24 de dezembro de 1917, o autor exalta o fato de que, na Rússia, o proletariado tenha sido capaz de “apressar o futuro” e de desenvolver uma vontade social, crítica e coletiva, instaurando assim as bases de um socialismo que tenha condições sócio-históricas de se desenvolver plenamente. Acreditando que, neste país, “os fatos superaram as ideologias”, Gramsci defende que os bolcheviques absorveram a proposta marxiana como um elemento cultural vivo e dinâmico, e não como uma “doutrina de afirmações dogmáticas e indiscutíveis”.

Por isso, Gramsci afirma que a cultura é um conceito básico para o socialismo, que deve ser organizada, como qualquer outro elemento, a partir da perspectiva socialista. Deve possuir sua própria institucionalidade, através de associações de cultura que, ligadas ao movimento socialista enquanto um projeto de totalidade, constituam em si uma necessidade mais ampla para um projeto alternativo. Cultura se faz, assim,

através do processo em que se discutem e se investigam os problemas, onde se permite a participação e a contribuição de todos, onde uma alternativa societária é gestada e assumida como projeto de uma coletividade. Em torno desta idéia mais ampla de cultura, Gramsci particulariza algumas questões.

Em alguns textos do início de 1918 (“*A crítica crítica*”, “*A Liga das Nações*” e “*Individualismo e coletivismo*”), percebemos uma primeira preocupação de Gramsci com a questão nacional e o nacionalismo. Gramsci faz, nesta oportunidade, uma crítica às primeiras formulações do movimento socialista italiano, as quais negligenciaram o estudo, o debate e a solução dos grandes problemas nacionais que, segundo ele, interessavam a todo o proletariado italiano. Na verdade, teríamos aqui o embrião de algo que posteriormente será central na obra mais madura de Gramsci: a concepção de nacional-popular, ou, em outras palavras, a necessidade de compreensão, por parte do proletariado, das questões específicas do desenvolvimento capitalista em cada nação e da orientação que este fato acaba dando às diferentes experiências do movimento socialista.

Gramsci estava preocupado também em desenvolver os elementos que, segundo ele, deveriam caracterizar uma “cultura socialista”. Para ele, o princípio orientador da ação do proletariado deveria ser a organização que, substituindo diretamente o individualismo, deveria garantir à cultura proletária o “sentido de responsabilidade, o espírito de iniciativa e o respeito pelos outros”. Assim, uma associação da cultura vinculada ao movimento socialista deveria “educar para o desinteresse, para a iniciativa do ‘indivíduo coletivo’, sem objetivos imediatos de lucro pessoal” (2004, p. 125).

Em “*Cultura e luta de classes*”, de 25 de maio de 1918, Gramsci enfatiza que esta preocupação com uma “nova cultura”, de bases socialistas, não é uma mera questão retórica, mas uma necessidade urgente. Segundo ele, Turim constituiu-se como uma cidade moderna, que conta com um movimento socialista complexo, mas com sérias carências culturais e intelectuais. A classe operária, crescente, absorvia gradativamente novos indivíduos que, no entanto, não compreendiam plenamente a luta de classes e a conseqüente exploração à qual estavam submetidos.

É com esta orientação, de uma educação e de uma cultura que se constroem na coletividade, que Gramsci afirma, em “*Livre pensamento e pensamento livre*”, de 15 de junho de 1918, que os socialistas querem o “pensamento livre”, ou seja, condicionado pelas condições históricas, mas, ao mesmo tempo, livre de convenções, estreitezas e preconceitos. Este pensamento seria, portanto, resultado de uma cultura mais sólida,

ampla e crítica, onde a verdade não deveria ser apresentada de forma dogmática e absoluta, mas seria oriunda de um processo marcado por uma ampla tolerância nas discussões e nas polêmicas e enriquecido pela possibilidade de divergências e, até mesmo, de contradições.

O socialismo se apresenta, então, neste momento da produção gramsciana, como um projeto societário a ser construído não só pela organização política e econômica, mas também por uma intensa atividade cultural, capaz de revolucionar também o saber e a vontade, aprofundando uma consciência de liberdade e de ação. Nesta ampla atividade cultural, Gramsci inclui também a arte, principalmente a literatura e o teatro, que devem apresentar-se como instâncias de reflexão e de debate, de reconhecimento e de propostas, onde as classes trabalhadoras possam exercer sua função de classe fundamental na sociedade.

O denominado “Biênio Vermelho” (1919-1920), na Itália, trouxe novas e significantes inquietações para a produção gramsciana, a qual inova não só no que se refere à ação política do proletariado, mas também com relação às suas formulações sobre cultura. Um período de grande efervescência militante estava se apresentando para Gramsci naquele momento e o desafia a novas formulações teóricas e posições práticas.

Em “*Questões de Cultura*”, de 14 de junho de 1920, Gramsci afirma que a revolução proletária pressupõe um novo conjunto de normas, novas maneiras de sentir, pensar e viver que, construídas a partir do modo de vida das classes trabalhadoras, deverão se tornar dominantes em uma sociedade pós-revolucionária. Assim, paralelamente à questão de conquistar o poder econômico e político, o proletariado deve se colocar também o problema de conquistar o poder intelectual, organizando-se culturalmente para a produção de novos valores, de uma nova “concepção de mundo”.

Bastante influenciado por esta experiência na URSS, Gramsci procurou identificar, na sociedade italiana, as organizações que pudessem ter esta mesma função dos soviets, ou seja, conter potencialmente o Estado socialista, organizar culturalmente e dar poder ao proletariado na construção das bases de uma nova sociedade. Em “*Democracia operária*”, de 21 de junho de 1919, artigo que o próprio autor definiu posteriormente como “um golpe de Estado redacional”, estão colocadas as bases desta assimilação gramsciana entre os soviets e os conselhos de fábrica, que, em sua opinião, já contém potencialmente o Estado socialista.

Para este autor, os Conselhos de Fábrica teriam também uma importante função cultural, entendida como a de materializar, de tornar real, num primeiro momento, aquela que ele mesmo denominou de uma “cultura socialista”. Nos Conselhos, o proletariado teria a oportunidade de exercitar esta cultura, através da resistência à herança do capitalismo e da afirmação de princípios e valores orientadores de uma prática socialista: o autogoverno, a lealdade e a disciplina, a participação ativa e permanente, o sentimento rigoroso de responsabilidade, o coletivismo e a experiência associativa, a solidariedade operária como algo positivo e permanente.

Como já ponderamos, Gramsci estava, desde 1917, bastante preocupado com o caráter reformista que vinha ganhando força no interior do socialismo italiano. Faltava, e isso ficou evidente após a Greve de abril, a capacidade organizativa de fazer da revolução um ato contínuo, de reconstrução a partir de um sentido comunista, de introduzir uma nova ordem e construir um novo Estado.

O PSI teria falhado, então, exatamente em sua função cultural de educar, formar politicamente e capacitar as massas a se organizarem em classe dirigente e dominante. A classe operária deveria estar preparada para uma gestão social diferente, com “a cultura e a psicologia de uma classe dominante” capaz de debater e de se educar reciprocamente. Neste sentido, então, o PSI não tinha contribuído na construção de uma verdadeira “cultura socialista”, estando tomado por uma retórica vazia e impotente no aspecto político, com uma atuação meramente parlamentar.

É neste sentido de um reencontro do movimento socialista italiano com as questões concretas da vida da classe trabalhadora, com vistas à criação de uma nova cultura que Gramsci propõe a renovação do PSI na direção de um partido revolucionário, homogêneo e coeso, com doutrina, tática e disciplina rígidas e com um importante trabalho de educação de “consciências revolucionárias”. Este autor estava também bastante envolvido com a preocupação de fazer avançar, no interior do partido, a cultura e os grupos comunistas, fazendo-os conquistar a direção do PSI e de todo o movimento da classe trabalhadora italiana naquele momento. No entanto, a ocupação das fábricas não se expande como um grande movimento nacional e, ao fracassar em Turim, recoloca o problema da ação reformista e parlamentar do Partido Socialista, trazendo, com mais clareza, a intenção de ruptura dos grupos comunistas e de fundação de um novo partido. Além disso, o fracasso do movimento turinense coloca em pauta outra questão, que será central no debate gramsciano pré-cárcere: a restauração do Estado na Itália pela reação neoconservadora do fascismo.

A partir da crise interna do PSI e da fundação do PCI, em 1921, Gramsci reconhecia, neste último, a necessidade de assumir uma postura de defesa do Estado operário, devendo retomar o trabalho de orientação e de educação política abandonado pelos socialistas, refundando, em bases inclusive culturais, a perspectiva revolucionária mais ampla, capaz de ultrapassar a orientação parlamentar. Entre as expectativas gramscianas para a atuação do PCI, está a tentativa de se recuperar a importância dos conselhos de fábrica como o organismo de poder operário sobre os meios de produção.

Segundo Gramsci, é no terreno deste controle que burguesia e proletariado lutam para conquistar a posição de classe dirigente das grandes massas populares. Ao assumir esta posição, a classe operária encontra bases concretas para iniciar o trabalho positivo de organização do novo sistema econômico e social. Esta luta, portanto, é revolucionária e só será levada adiante quando a classe operária conseguir elevar sua consciência em torno de sua autonomia e de sua personalidade histórica. Desta forma, Gramsci expõe, claramente, a relação intrínseca entre cultura e política que, de forma tão intensa, caracteriza sua produção teórica, sobretudo no período do cárcere.

Ao mesmo tempo em que se preocupa com a necessidade de desenvolver e consolidar as primeiras teses do PCI junto à classe trabalhadora italiana, Gramsci estará neste momento voltado, também, para elaborar uma crítica aos elementos fascistas que começam a ganhar força na sociedade italiana.

Gramsci reconhece na ascensão do fascismo também um marcante elemento cultural. Para ele, esta experiência política revela a decomposição da sociedade italiana, expressa costumes e tradições que se identificam com a psicologia bárbara e anti-social de alguns estratos do povo italiano, que sempre deram à luta de classes um caráter extremamente violento. Assim, para o autor, a luta contra o fascismo é uma luta também cultural, a ser levada adiante pelo comunismo, garantindo a estes estratos populares a convivência com uma nova tradição, com uma nova educação, com um Estado, bem organizado e bem administrado, sustentado por outras relações, princípios e valores.

Desta forma, a produção de Gramsci neste momento estará construída em torno deste grande enfrentamento, qual seja, entre diferentes projetos que se pretendem dominantes e dirigentes da classe trabalhadora italiana. Aos comunistas caberia, então, o papel de criticamente afastar as ilusões das massas populares, realizando um trabalho de reorganização e de desenvolvimento que ia desde a formação política e cultural, no sentido do questionamento e do enfrentamento de idéias até a criação de uma força armada proletária capaz de derrotar a burguesia. Para Gramsci, os comunistas deveriam

aproveitar a fragilidade política dos socialistas e dos fascistas, bem como a crise política vivida pelos fascistas, para divulgar, entre operários e camponeses, uma consciência crítica da real situação da luta de classes e dos meios adequados para se derrotar a reação capitalista.

Sendo assim, parece-nos claro que Gramsci encerra seu momento de militância política mais direta com questões essenciais para sua produção mais madura, as quais envolvem uma compreensão da cultura como elemento de crítica e de organização. Este será o grande legado gramsciano neste período pré-carcerário, para o debate acerca da cultura no interior da tradição marxista: a certeza de que este elemento é fundamental para o processo de organização revolucionária, para a instauração de um novo modo de viver, de pensar e de agir, vinculado ao projeto societário de emancipação da classe trabalhadora.

## BIBLIOGRAFIA

- BARATTA, Giorgio. Antonio Gramsci: entre a Itália e o Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BEZERRA, Cristina Simões. **Cultura e democracia no Brasil; uma análise dos anos 70**. Rio de Janeiro, 1998. 287 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Democracia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Gramsci; um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e Política**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FIORI, Giuseppe. **A vida de Antônio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FORGACS, David & NOWELL-SMITH. **Selections from Cultural Writings**. Londres: ElecBook, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol. 4, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. vol. 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Cartas do Cárcere**. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Cartas do Cárcere**. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.